
Alienar é dar ou vender; mas o homem que se faz escravo de outro não se dá, vende-se, ao menos para subsistir; e por que se vende um povo? (Jean-Jacques Rousseau)

A escravidão na Antigüidade

O trabalho escravo é caracterizado pela alienação do ser de alguém, o escravo, em favor de outrem, o senhor. Na Antigüidade, havia várias maneiras de tornar alguém escravo: por dívida, por saque, por guerra ou a fim de construir alguma obra pública. Havia, no entanto, diferença entre a escravidão contínua e a escravidão ocasional. No Egito e na Mesopotâmia, o trabalho escravo era ocasional. Os próprios cidadãos eram “convocados” a servir na construção de templos, barragens ou outras obras públicas. Como a economia destes povos não dependia do trabalho escravo, os historiadores convencionaram chamar esta modalidade de escravidão de “modo de produção asiático” (Pinsky, 1992, p. 13-14).

Na Grécia e em Roma, o regime de escravidão era contínuo. A sociedade estava baseada na escravidão, tanto que Aristóteles chegou a defender que algumas pessoas nascem para ser escravas de outras. Nestas sociedades, o escravo era propriedade de seu senhor, podendo ser vendido livremente. A economia, neste caso, dependia do trabalho escravo. Os historiadores convencionaram chamar esta modalidade de escravidão de “modo de produção escravista”.

Outras sociedades conheceram a escravidão ao lado do trabalho livre, de modo que não podem ser denominadas sociedades escravistas.

Podemos, neste momento, fazer mais uma diferenciação: diferenciar escravismo de escravagismo. “Estados escravistas são aqueles em que o escravo é a principal fonte de trabalho produtivo”. Já Estados escravagistas “são Estados que efetuam um próspero comércio de escravos, vendidos a mercados longíquos [sic!], mas que internamente o modo de produção dominante não é escravista” (Peregalli, 1988, p.19).

A escravidão na Modernidade

Com as viagens pela costa africana, Portugal entrou em contato com povos negros. Estes contatos visavam adquirir riquezas para serem comercializadas na Europa. Em 1441, Antão Gonçalves enviou alguns escravos para Portugal a título de presente para D. Henrique. Neste período, a população de Portugal estava reduzida por vários motivos, dentre os quais a guerra pela independência política, pestes que afligiam o continente europeu e as próprias viagens marítimas. Desde o início da empreitada colonial, Portugal buscava riquezas na África, mas o negro era ape-

nas uma destas riquezas, e não o objetivo principal das incursões marítimas. Apenas em 1444 alguns navios viajaram com o objetivo único de capturar escravos africanos para os levarem cativos a Portugal (Pinsky, 1992, p. 13-14).

A população de escravos em Portugal foi aumentando consideravelmente no final do século XV. Como a captura de negros para a escravização tornava-se cada vez mais atrativa, foram construídos fortes para abrigar locais de troca de produtos europeus por negros escravizados. Os comerciantes visualizavam o comércio não só para Portugal, mas para outras nações também. A Itália e a Espanha foram as primeiras nações a receber escravos oriundos deste comércio (Pinsky, 1992, p. 15-16).

Na África, havia um sistema de escravidão chamado “escravidão patriarcal”. Neste sistema, quando um membro de um clã era assassinado, o assassino era escravizado para suprir os mantimentos do clã. A escravidão, neste sistema, não era co-extensiva aos descendentes, havendo a possibilidade de incorporação ao clã após algum tempo, seja do escravo, seja de seus descendentes. O escravo tinha direitos fundamentais, como direito à alimentação e a roupas. Além desse, os povos africanos conheciam um outro tipo de escravidão, que é denominada de escravidão comercial. Neste tipo de escravidão, muito comum a sistemas escravagistas, o escravo era uma mercadoria, podendo ser medido e quantificado (Peregalli, 1988, p. 18-21).

No Brasil, a escravidão constituía um sistema. Era impossível sair de dentro dele. O escravo era uma peça na

engrenagem colonialista e capitalista. O escravo no Brasil era visivelmente escravo, não havendo a possibilidade de integração. Antes de fixar nossa atenção na escravidão negra no Brasil, precisamos analisar a escravidão indígena, efetuada logo após o “descobrimento” e que persistiu por séculos ao lado da escravidão negra.

A escravidão indígena no Brasil

A primeira vítima da escravidão no Brasil foi o indígena. O indígena era visto como um empecilho para a colonização, tendo que ser eliminado ou reduzido ao sistema mediante a escravização (Hoornaert, 1979, p. 253). Inicialmente, os portugueses utilizavam o indígena para a obtenção de produtos tropicais. Em troca, recompensavam-no com pequenos presentes, mediante escambo. Com o decorrer do tempo, estes presentes perderam o encanto da novidade. Então os portugueses passaram a escravizar o indígena de forma declarada (Pinsky, 1992, p. 17).

A igreja apoiava a empreitada portuguesa. O papa havia outorgado ao rei de Portugal o direito do padroado. A partir desse direito, o rei poderia nomear bispos, párocos e permitir ou impedir missionários de entrar no Brasil. Em troca, ficava responsável por ampliar e implantar a igreja de Cristo nos territórios descobertos (Hoornaert, 1982, p. 12).

Os portugueses se entendiam como propagadores do reino de Deus e do reino de Portugal. O rei português era o grão-mestre das ordens de Cristo,

de São Tiago da Espada e de São Bento. Estas ordens eram ordens guerreiras. Com isso, a justificativa para a dominação dos indígenas era, a um só tempo, militar e religiosa. Sob o pretexto de expandir a fé cristã, a colonização era permitida e até mesmo incentivada. Hoornaert identifica três características no discurso missionário:

- a) Era um discurso universalista, que não conhecia fronteiras. A alteridade dos povos “descobertos” não era reconhecida. Estes povos eram vistos como periféricos e suas religiões eram consideradas como deturpação da verdadeira fé;
- b) Era um discurso doutrinário, no qual o que importava era a transmissão do conteúdo correto, não sua vivência ou mesmo compreensão;
- c) Era um discurso guerreiro. Os portugueses se autoconcebiam como seguidores de Tomé, o apóstolo das Índias. Para eles, o acontecimento mais importante da história, depois da criação do mundo e da encarnação e morte de Jesus Cristo, era o “descobrimento” das Índias. Os missionários não questionaram esta autocompreensão nem a legitimidade da ação colonialista. O máximo que fizeram foi tentar “amenizar” os abusos cometidos dentro do sistema (Hoornaert, 1979, p. 24-27).

A escravização do indígena, no entanto, desde cedo teria ferrenhos opositores, como Las Casas, no Caribe, e padre Antônio Vieira, no Brasil. Ambos propuseram a substituição da escravidão indígena pela escravidão negra (Dreher, 1999, p. 43-50, 81-85). Aliados a esta

oposição, fatores de ordem prática foram como decisivos em favor do fim ou da minimização da escravidão indígena. As rebeliões e a resistência dos índios a aceitar o trabalho compulsório (Fausto, 2002, p. 23), bem como a diminuição da mão-de-obra disponível devido às mortes e/ou fugas para o interior do território brasileiro, tornavam difícil o aprisionamento de indígenas para o trabalho escravo (Pinsky, 1992, p. 19).

Porém, o elemento econômico teve maior influência (Fausto, 2002, p. 22). O tráfico de escravos constituía fonte segura de riquezas, não só para os comerciantes, como para a própria Coroa. Na escravidão indígena, muitas vezes, a Coroa deixava de receber até o imposto, que lhe era sonogado. Já “o comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto ao governo quanto aos comerciantes” (Pinsky, 1992, p. 19). No comércio realizado entre África, América e Europa, os comerciantes lucravam em torno de 300% a 600% (Dreher, 1999, p. 82).

A escravidão negra no Brasil

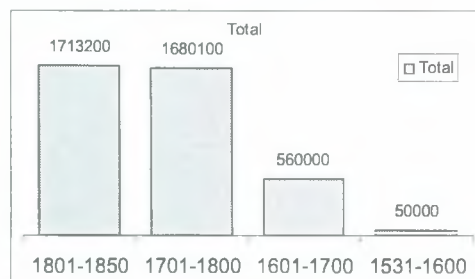
Os negros foram trazidos ao Brasil de diversos lugares da África. Os senhores de escravos tinham a preferência de que fossem de locais diferentes para evitar qualquer possibilidade de organização entre os escravos (Pinsky, 1992, p. 24-25). A justificativa para a escravidão negra era a evangelização dos pagãos. Por isso, os escravos eram batizados ainda em solo africano, ao mesmo tempo em que eram marcados a ferro quente (Peregalli, 1988, p. 21).

Ainda em território africano,

após capturados, os negros eram reunidos em feitorias, junto aos portos. Nestas feitorias, eles aguardavam a chegada dos navios que os transportariam até o Brasil. Tinham um tratamento razoavelmente melhor que em outras etapas da captura e transporte, por dois motivos: para que se obtivesse o maior valor possível pelo escravo e para evitar revoltas durante a estada na feitoria.

Aproximadamente 8.330.000 negros foram capturados na África, dos quais apenas 4.000.000 chegaram ao Brasil. O restante morreu durante a captura, no cativeiro em solo africano ou durante a viagem em direção ao Brasil. Desses 4.000.000 de escravos que aportaram em território brasileiro, apenas cerca de 2.000.000 sobreviveram aos quatro primeiros anos de escravidão no Brasil (Pinsky, 1992, p. 28).

Gráfico: Número de escravos negros que aportaram no Brasil durante a escravidão



Fonte: IBGE, Estatísticas históricas do Brasil, 1987

Chegando ao Brasil, os escravos negros trabalharam em todas as profissões possíveis. Isso por-

que o trabalho era considerado tarefa de escravos. A razão da existência do escravo era o trabalho, que chegava a ser de 15 a 18 horas diárias. Sua alimentação era precária e muitas vezes morriam de desnutrição (Pinsky, 1992, p. 35-36; Peregalli, 1988, p. 57-58).

Nos engenhos de cana-de-açúcar, muitos escravos sofriam mutilações e queimaduras no processo de produção do açúcar, mas também no trabalho em lavouras de cana-de-açúcar, lavouras de algodão ou na mineração e nas fazendas de charque, a saúde dos escravos estava em perigo. As fazendas de charque do Rio Grande do Sul eram as mais nocivas, pois o escravo ficava o tempo todo sobre as vísceras e o sangue dos animais, ao mesmo tempo em que moscas o sobrevoavam e o sal queimava sua pele (Pinsky, 1992, p. 59-60).

Os escravos negros estavam sujeitos a várias formas de castigo e humilhações durante o período de escravidão. A máscara de flandres era utilizada nas regiões mineradoras para impedir os negros de engolir pedras preciosas ou pepitas de ouro e também para humilhar alguém. Consistia em uma máscara de metal flexível que cobria todo o rosto, com exceção dos olhos e orifícios do nariz (Peregalli, 1988, p. 48-49).

Açoitar os escravos negros era um castigo comum, tanto que se cunhou a fórmula de que o negro precisava de “três pés: pão, pano e pau”. Tratava-se de um castigo para desmoralizar o negro, a fim de mantê-lo em seu lugar. O próprio proprietário era

quem, muitas vezes, impingia este castigo. Em muitos lugares, tratava-se de um acontecimento público, ajuntando-se uma multidão considerável para assistir ao açoite no pelourinho. Esta tortura era regulamentada por lei, de modo que no pelourinho eram torturados vários escravos, que eram trazidos acorrentados e em fila. Era açoitado um escravo por vez. Os espectadores posicionavam-se ou às costas do escravo, para poderem ver os estragos causados pelo carrasco, ou à frente, para verem as expressões de dor no rosto do negro torturado (Peregalli, 1988, p. 49-50).

Quando o senhor do escravo não queria ver os açoites, enviava o escravo para o calabouço. Neste lugar, o escravo levava 100 açoites como castigo, além de permanecer preso nesta modalidade de cadeia. Qualquer coisa era motivo para enviar o escravo ao calabouço. Bastava desobedecer ao senhor, e em muitos casos, até mesmo a arbitrariedade dos senhores era suficiente para que o escravo fosse enviado para o calabouço, a fim de ser castigado.

É importante lembrar que o calabouço não era uma prisão no sentido de local de recolhimento de homens julgados e condenados. Bastava a vontade do dono para enviar um escravo ao calabouço e mantê-lo o tempo que julgasse necessário. (Peregalli, 1988, p. 51).

Além dessas formas de castigo e humilhações, o senhor dispunha de outro dispositivo para penalizar escravos que cometiam algum tipo de crime. Era a pena de morte, mediante enforcamento. Os escravos não tinham o direito de ape-

lar ao imperador, pois este mesmo havia afirmado que os escravos não eram dignos de sua clemência real. Após 1850, quando o tráfico de escravos foi proibido, os escravos negros tornaram-se mercadoria valiosa, de modo que a pena de morte foi transformada em prisão perpétua com trabalhos forçados (Peregalli, 1988, p. 51-52).

Resistência cultural negra

Os negros trazidos ao Brasil provinham de vários locais da África. Os grupos mais importantes eram de origem bantu e ioruba. O grupo cultural bantu não é um povo, mas um conjunto de povos, autodefinidos a partir das semelhanças lingüísticas. Os bantu têm uma idéia de Deus como sendo um Deus distante e escondido, um princípio de vida. Seu nome é Olorum. O culto bantu é feito não a Olorum, mas aos ancestrais, para evitar que seus espíritos incomodem os vivos. A cosmovisão bantu define o universo como composto de três camadas: a superior é o local de habitação dos espíritos perfeitos. Na camada inferior, está o mundo dos mortos. Nós nos encontramos no centro, os vivos, sofrendo influências de ambas as camadas anteriores. Tudo o que é bom provém da camada superior, já o que é ruim provém da camada inferior (Hoornaert, 1990, p. 84-85).

O povo ioruba também crê em Olorum. Para este povo, Olorum dá o “axé”, a força vital. Diferentemente do povo bantu, os ioruba crêem que alguns antepassados ganharam a capacidade de intervir em favor de seus descendentes. Na religiosidade ioruba, não há o concei-

to de diabo nem de pecado ou medo de Deus. Deus quer o bem dos seres humanos, colaborando para a superação das ambigüidades em que eles estão imersos (Hoornaert, 1990, p. 85-86).

O povo bantu e o povo ioruba utilizaram-se das figuras dos santos católicos para manter seus cultos. As festas africanas foram identificadas com as festas cristãs (Hoornaert, 1990, p. 82; Dreher, 1999, p. 86). Também a figura de Jesus Cristo foi ressignificada por parte dos escravos negros no Brasil. Para os bantu, por exemplo, a comunidade é a intermediária entre a divindade e o ser humano.

A comunidade é não só a realidade antropológica mais antiga, mas também o conceito fundante para a compreensão da origem e do destino do mundo e dos homens. Na origem de tudo está a comunidade, simbolizada na família, por vontade divina. Assim como no fim de tudo está também a comunidade. (Silva, 1998, p. 50)

Desta forma, o povo bantu identifica Jesus Cristo com a comunidade. Esta compreensão de Cristo inverte a visão de um Cristo domesticador do escravo, que era apresentada pelos brancos e pela igreja. Também os ioruba entenderam Jesus Cristo de forma ressignificada: ele era visto como o Orixá, aquele que faz a ponte entre a comunidade e Olorum (Silva, 1998, p. 51-54).

Outros tipos de resistência

Os escravos negros tiveram outras formas de resistência. A idéia do senso comum de que os negros aceita-

vam passivamente a condição servil, enquanto que os indígenas tinham um espírito livre, é de todo falsa. Houve, por parte dos escravos negros, fugas individuais e coletivas, agressões a senhores, etc. (Fausto, 2002, p. 25). As fugas sempre existiram, mas próximo ao fim da escravidão tornaram-se mais frequentes. Alguns escravos fugiam e eram recapturados, outros conseguiam manter a liberdade, associando-se a quilombos. Além do Quilombo de Palmares, houve quilombos em várias regiões do Brasil. O Quilombo Quariterê, constituído na região de Cuiabá, era governado por uma mulher, a rainha Tereza. Também o assassinato dos senhores e feitos era muito comum durante todo o período colonial, bem como os suicídios (Pinsky, 1992, p. 55-57; 59-62).

Os quilombos eram locais onde os escravos podiam depositar suas esperanças de libertação. Os quilombos produziam diversos produtos agrícolas, bem como dispunham de técnicas de metalurgia e de outras atividades artesanais. Mas não produziam tudo o que precisavam, de modo que guerrilhas eram utilizadas para saquear o que mais era necessário (Moura, 1981, p. 87-88).

O Quilombo de Palmares é o quilombo mais conhecido da história do Brasil. Isso devido ao fato de ser um quilombo muito organizado e poderoso, de modo que sua destruição por parte das autoridades portuguesas foi muito difícil. Palmares começou a ser formado durante a conquista de Pernambuco pelos holandeses. Os portugueses estavam vulneráveis, pois sua luta era contra os holandeses, os índios e os escravos

(Freitas, 1973, p. 51-53). Enquanto os índios entraram na guerra ao lado dos holandeses, os negros optaram por não lutar de lado algum. Nesta ocasião, surgiu a oportunidade da fuga.

Como regra, simplesmente se aproveitaram da escassa vigilância exercida pelos amos ocupados com a guerra ou a própria sobrevivência para fugir em direção ao reduto livre que sabiam existir nas serras do sul pernambucano. Munidos de armas de fogo, de chuchos, de facões e de lanças, formavam depois extensas colunas que levavam de roldão os que pretendiam barrar-lhes o passo. [...] Uma vez chegados ao Palmares, os escravos se armavam e retornavam ao litoral em expedições vingadoras. (Freitas, 1973, p. 55).

Palmares resistiria por 65 anos, até que foi conquistado em 1695. A organização de Palmares era uma república (Moura, 1981, p. 185). Havia muitas comunidades nesta imensa república, cuja comunicação era reduzida devido à dificuldade de acesso. Havia um poder central, que congregava as comunidades integrantes do quilombo, dando uma unidade político-administrativa.

O poder central se exercia sobre as diferentes povoações através de uma estrutura administrativa, judicial e militar. Os funcionários administrativos tinham por principal incumbência a arrecadação dos tributos, que em uma economia seminatural como a de Palmares só podiam ser em espécie. Os funcionários judicantes, ou

como diz um documento, os “ministros de justiça para as execuções necessárias”, encarregavam-se da aplicação da legislação civil e criminal. (Freitas, 1973, p. 99).

Possivelmente o Quilombo de Palmares possuía uma organização baseada nas assembleias comunitárias. “Uma assembleia dos chefes comunitários elegia o cabeça do governo central, denominado Grande Senhor ou Grande Chefe” (Freitas, 1973, p. 100). O grande chefe tinha as prerrogativas de um rei. No entanto, como dito acima, Palmares era uma república e não uma monarquia, pois tinha igualdade civil e os governantes eram eleitos. “Era uma república peculiar a que não se poderiam aplicar conceitos históricos ou políticos de inspiração européia. Indubitavelmente, era uma república igualitária, fraternal e livre” (Freitas, 1973, p. 102).

A resistência negra, no entanto, não conseguiria acabar com o sistema escravista brasileiro. A escravidão persistiria até o século XIX, quando foi assinada a Lei Áurea. O fim da escravidão foi adiado ao máximo. Já em 1827, a Inglaterra conseguiu que o Brasil assinasse um tratado no qual se dispunha a terminar com o tráfico negreiro. No entanto, esta lei ficou apenas no papel. Apenas em 1850 seria proibido o tráfico negreiro. Em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que declarava livres filhos de escravas nascidos desde a data da Lei (Fausto, 2002, p. 121). No entanto, esta lei não garantia nenhuma liberdade aos filhos dos escravos, pois ficavam sob a tutela dos seus senhores até os 8 anos de idade. Após esta data, pode-

riam permanecer como escravos até os 21 anos, quando a lei garantia a libertação. Caso o Estado pagasse a indenização pela libertação do escravo, o escravo tornava-se, na verdade, um escravo “público”:

O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelas senhoras dellas, ou tiradas do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.

§ 1º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos e poderão alugar esses serviços. (Brasil, Lei do Ventre Livre, Art. 2º).

O mesmo vale para a Lei dos Sexagenários: as pessoas com mais de 60 anos deveriam trabalhar mais três anos para pagar a indenização pela sua libertação (Brasil, Lei dos Sexagenários, Art. 3º, § 10). Além disso, não era permitido ao ex-escravo mudar de cidade num prazo de cinco anos da data de libertação, ao mesmo tempo em que não podia mudar de Província, sob pena de ser preso.

Após a aprovação da Lei Áurea, os ex-escravos tiveram destino muito diverso. No Nordeste, eles permaneceram dependentes dos grandes proprietários. Na região de São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se pequenos sitiantes ou migraram para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus tomaram os postos de trabalho regulares, relegando os ex-escravos a trabalhos irregulares e inferiores (Fausto, 2002, p. 124).

Bibliografia

ACOSTA LEYVA, Pedro. Bíblia e pan-africanismo: uma relação de contribuição. In. SCHINELO, Edmilson (Org). *Bíblia e negritude*. São Leopoldo: CEBI; 2005.

BRASIL, Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação. *As leis da abolição*. Florianópolis, A Secretaria, 1987.

DREHER, Martin N. *A igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial SP, 2002.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil primeira época*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A Igreja no Brasil-Colônia: 1550-1880*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *O cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala*. 3.ed. São Paulo: LECH, 1981.

PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Global, 1988.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 1992.

SILVA, Antônio A. da. Jesus Cristo luz e libertador do povo afro-americano”. In: id. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo: Paulinas, 1998.

Nota

Acadêmicos de Teologia na Escola Superior de Teologia e integrantes do Grupo Identidade.